



Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, a correção dos vinhos produzidos nas zonas de produção durante a safra 2014/2015.

Art. 2º A correção a que se refere o art. 1º não poderá ultrapassar o limite máximo de três por cento em álcool, volume por volume, na graduação alcoólica dos vinhos.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DO PRODUTOR RURAL  
E COOPERATIVISMO  
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO  
DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 15, DE 3 DE MARÇO DE 2016

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456/97, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de proteção da cultivar de maçã (*Malus domestica* Borkh.), denominada UEB 32642, protocolo nº 21806.000258/2011-71, apresentado pelo INSTITUTE OF EXPERIMENTAL BOTANY AS CR, V.V.I., da Republica Tcheca. O pedido de proteção foi arquivado de acordo com o disposto no § 5º do art.18 da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO  
Coordenador

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA  
COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL  
DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 3 DE MARÇO DE 2016

Altera o Item XIII do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para o período de 2016 a 2018.

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe conferem a alínea "f", do inciso III, do artigo 5º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o inciso I do artigo 7º do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, observado o disposto no inciso IV do artigo 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolveu:

Art. 1º O Item XIII do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR, de que trata a Resolução nº 42, de 20 novembro de 2015, alterado pela Resolução nº 44, de 22 de fevereiro de 2016, que estabelece as diretrizes e prioridades da política de subvenção ao prêmio do seguro rural, para o triênio 2016 a 2018, passa a vigorar na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º Ficam inalteradas as demais condições da Resolução nº 42, de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MELONI NASSAR  
Presidente do Comitê

ANEXO

XIII - Percentual de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

1. Modalidade Agrícola

1.1 Trigo - Produto Multirrisco

Para os produtos caracterizados como "multirrisco", o percentual de subvenção ao prêmio será de 55%, exclusivamente até 31/12/2016, tendo como nível mínimo de cobertura o percentual de 60%. O percentual do nível de cobertura é representado por meio da divisão da produtividade segura pela produtividade estimada. A partir de 01/01/2017, o percentual de subvenção ao prêmio será aplicado conforme a regra geral disposta para os Grãos - Produto Multirrisco (item 1.2).

1.2 Outros Grãos - Produto Multirrisco

Para os produtos caracterizados como "multirrisco", o percentual de subvenção ao prêmio será aplicado de acordo com o percentual do nível de cobertura contratado, tendo como nível mínimo de cobertura o percentual de 60%. O percentual do nível de cobertura é representado por meio da divisão da produtividade segura pela produtividade estimada.

Nível de Cobertura de Produtividade	Percentual de Subvenção
60% - 65%	45%
70% - 75%	40%
> 80%	35%

1.3 Grãos - Produto Riscos Nomeados

Para os produtos caracterizados como "riscos nomeados", o percentual de subvenção ao prêmio será de 35%. Esse percentual aplica-se a todos os grãos, inclusive para a cultura de trigo.

1.4 Frutas / Olerícolas / Cana-de-açúcar / Café

Para todas as frutas, olerícolas, cana-de-açúcar e café, o percentual de subvenção ao prêmio será de 45%.

2. Modalidade de Florestas

Para a modalidade de florestas, o percentual de subvenção ao prêmio será de 45%.

3. Modalidade Pecuário

Para a modalidade pecuário, o percentual de subvenção ao prêmio será de 45%.

4. Modalidade Aquícola

Para a modalidade aquícola, o percentual de subvenção ao prêmio será de 45%.

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 3 DE MARÇO DE 2016

Aprova a distribuição do recurso orçamentário do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2016.

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe conferem os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o artigo 13 do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, observado o disposto no inciso IV do artigo 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar conforme disposto na Resolução nº 38, de 03 de setembro de 2015, do CGSR, a distribuição do recurso orçamentário do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, para o exercício de 2016, nos montantes do anexo a esta Resolução, em todo o Território Nacional, observados os limites de disponibilidade de empenho e pagamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MELONI NASSAR  
Presidente do Comitê

ANEXO

Mês	Cultura	Valor
Junho	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno <sup>1</sup>	R\$ 158.000.000,00
Julho	Soja (Negociação Coletiva)	R\$ 32.000.000,00
	Frutas	R\$ 5.000.000,00
	Outros <sup>3</sup>	R\$ 4.000.000,00
Agosto	Grãos de Verão <sup>2</sup>	R\$ 30.000.000,00
	Frutas	R\$ 5.000.000,00

Setembro	Outros <sup>3</sup>	R\$ 4.000.000,00
	Grãos de Verão <sup>2</sup>	R\$ 30.000.000,00
	Frutas	R\$ 10.000.000,00
Outubro	Outros <sup>3</sup>	R\$ 4.000.000,00
	Grãos de Verão <sup>2</sup>	R\$ 30.000.000,00
	Frutas	R\$ 30.000.000,00
Novembro	Outros <sup>3</sup>	R\$ 4.000.000,00
	Grãos de Verão <sup>2</sup>	R\$ 20.000.000,00
	Frutas	R\$ 30.000.000,00
Total	Outros <sup>3</sup>	R\$ 4.000.000,00
	-	R\$ 400.000.000,00

<sup>1</sup>Demais Grãos de Inverno: aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale.

<sup>2</sup>Grãos de Verão: algodão, amendoim, arroz, fava, feijão, girassol, milho 1ª safra e soja.

<sup>3</sup>Outros: café, cana-de-açúcar, olerícolas, seguro pecuário, seguro de florestas e aquícola.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO  
DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 173, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

O Superintendente de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí, no uso da competência que lhe confere o Inciso XXII, do Artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 do mesmo mês e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 do mesmo mês, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, e considerando o contido no Processo 21038.000027/2016-11, resolve:

I - Habilitar a Médica Veterinária, AGLAÊ LIMA DE CASTELO BRANCO, inscrita no CRMV-PI sob o nº 347/PI, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito de animais aquáticos, da espécie crustáceos no Estado do Piauí.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO RIBEIRO PAES LANDIM

VOCÊ SABIA QUE...

...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?

Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

